

ASSOCIATIVISMO E AMBIENTALISMO: A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE PIRAPAMA NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Cicera Maria dos Santos Gomes

RESUMO

Neste trabalho analisam-se os impactos socioambientais sofridos pela população outrora residente na área da barragem de Pirapama, localizada no município do Cabo de Santo Agostinho - Pernambuco, focalizando, em particular, um grupo de moradores, pequenos produtores rurais, que ocupam atualmente outra área no município. Busca-se identificar as formas de organização utilizadas para ter acesso aos bens e serviços públicos, as mudanças no seu cotidiano decorrentes do deslocamento e a reconstrução de sua sociabilidade mediada pelas estratégias de acesso à água, numa perspectiva de gênero. O pressuposto subjacente à abordagem aqui apresentada é o de que o modo de produção capitalista determina como ocorre o uso dos recursos naturais, produzindo e reproduzindo desigualdades sociais, a depreciação e a exploração que tende a secundarizar os efeitos negativos sobre o meio ambiente.

Palavras-chave: Barragem de Pirapama; Impactos Socioambientais; Questão de Gênero.

ASSOCIATIVISM AND ENVIRONMENTALISM: THE CONSTRUCTION OF PIRAPAMA DAM, FROM A GENDER PERSPECTIVE

ABSTRACT

In this paper we analyze the environmental impacts suffered by former resident population in the area of Pirapama dam, located in the municipality of Cabo de Santo Agostinho (State of Pernambuco, Brazil) focusing, in particular, on a group of residents, small farmers, who currently occupy another area in the mentioned municipality. One seeks identifying the forms of organization used to have access to public goods and services, changes in their daily lives resulting from the displacement and the reconstruction of their sociability mediated by water access strategies, from a gender perspective. The assumption underlying the approach presented here is that the capitalist mode of production determines how is the use of natural resources, producing and reproducing social inequalities, depreciation and exploitation of natural resources which tends to trivialize its negative effects on the environment.

Keywords: Pirapama Dam; Environmental Impacts; Gender Issue.

INTRODUÇÃO

O estudo da temática ambiental, das necessidades de equilíbrio do metabolismo socioambiental e das ações do homem frente à natureza justifica-se pela importância de identificar as formas de utilização dos recursos naturais, e aqui, observamos, especificamente, o recurso natural água, e os impactos desses usos para o homem e a natureza.

Analisamos os impactos socioambientais sobre a população outrora residente na área da barragem de Pirapama, em particular um grupo de moradores, pequenos produtores rurais, que ocupam hoje outra área no município do Cabo de Santo Agostinho - PE. Buscamos captar as formas de organização e institucionalização utilizadas por eles para a sua sobrevivência, bem como identificar de que forma eles têm acesso aos bens e serviços públicos como o esgotamento sanitário e o abastecimento de água. Tratamos estas questões supondo que, do ponto de vista macro, o modo de produção capitalista determina como acontece o uso dos recursos naturais, mais especificamente os recursos hídricos, mantendo as características de depreciação, desigualdade e exploração sociais e ambientais.

Temos como objeto de estudo a organização social e a criação de associação comunitária como formas de luta pela garantia da subsistência dos/as pequenos/as produtores/as rurais diante dos impactos causados pela construção da barragem de Pirapama.

Então, aqui, utilizamos o método dialético. Com o intuito de entender as relações entre o fato e a totalidade o método utilizado indica a complexidade em trilhar esse caminho; o caminho percorrido buscou apanhar no movimento, na historicidade do objeto em questão, suas expressões e transfigurações na racionalidade da ordem capitalista contemporânea.

1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Cabo de Santo Agostinho está situado a 41 km da capital do Estado de Pernambu-

co, fazendo parte da Mesorregião Metropolitana do Recife e da Microrregião de Suape. Com uma área de aproximadamente 447 km², tendo como limites: ao Norte - Moreno, Jaboatão dos Guararapes e Vitória de Santo Antão; ao Sul - Ipojuca e Escada; a Leste, o Oceano Atlântico e a Oeste Vitória de Santo Antão e Escada.

É uma cidade de porte médio (as cidades médias têm entre 100.000 e 500.000 habitantes), com uma população de 152.977 habitantes, das quais 134.356 pessoas residem na área urbana e 18.480 na área rural. No município o cultivo agrícola por área plantada possui como principal item, na lavoura permanente, banana, manga e goiaba, e, na lavoura temporária, cana, mandioca, feijão e milho. É a sede de 1.247 empresas, onde as mais representativas são a indústria de transformação, alojamento, alimentação e transporte, armazenagem e comunicação (IBGE, 2000).

O município de Cabo de Santo Agostinho passa pelo que chamamos de transição do império verde ao império cinza. O município foi preponderantemente rural até meados dos anos 1900, com suas vastas plantações de cana e suas usinas funcionando a pleno vapor e agora nos anos 2000 configura-se como um espaço onde são construídas a Refinaria Abreu e Lima e o Estaleiro Atlântico Sul, bem como um complexo industrial para o fornecimento de material e suporte a estes dois grandes empreendimentos, o que levará, após a conclusão das obras, o Estado de Pernambuco a ser o maior polo industrial do Norte/Nordeste do País.

O município do Cabo de Santo Agostinho e a Zona da Mata pernambucana, mais intensamente a Zona da Mata sul, é marcada por sua história de resistência às mais diversas formas de violência, negligência e opressão às pessoas trabalhadoras do campo, tendo uma trajetória de conflitos, tensões, lutas e reivindicações sociais.

Tais conflitos estão caracterizados no conceito de ecologia política, o qual propõe uma ecologia crítica cujo objeto de estudo central são as lutas sociais ligadas aos problemas

ecológicos. “A ecologia política é um campo de discussões teóricas e políticas que estuda os conflitos ecológicos distributivos, ou simplesmente, conflitos socioambientais” (Porto e Martínez Alier, 2007, p. 6).

Para Leff (2006) a ecologia política se estabelece no campo do conflito pela reapropriação da natureza e da cultura, ali onde a natureza e a cultura resistem à homologação de valores e processos (simbólicos, ecológicos, políticos) incomparáveis e a serem absorvidos em termos de valor de mercado. É ali que a diversidade cultural adquire direito de cidadania como uma política da diferença, de uma diferença radical, mais além da distribuição equitativa do acesso e dos benefícios econômicos derivados da atribuição de um valor à natureza.

É, neste contexto de conflitos socioambientais e nesta fase de transição, do império verde ao império cinza, que analisamos o processo de lutas e protestos das pessoas deslocadas da área onde foi construída a barragem de Pirapama, a qual tem como finalidade abastecer a zona sul da Região Metropolitana do Recife (RMR). A luta da população rural residente no espaço onde foi construída a barragem ocorreu por intermédio de passeatas, protestos e ocupação de prédios de órgãos públicos. Esta luta foi engendrada no Movimento dos Atingidos pela Barragem de Pirapama (MAB Pirapama).

A remoção das populações é imprescindível, e, muitas vezes, vista apenas como uma questão técnica de simples ‘remoção de algo’ de um ‘obstáculo’ que está no ‘meio do grande projeto voltado para o desenvolvimento’.

2. A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E O SISTEMA PIRAPAMA

A partir da década de 1950, observou-se um aumento contínuo no número e porte de barragens construídas, em sua maioria destinadas à geração de eletricidade. Bacias de

grandes rios, tais como o São Francisco, Grande, Paraíba e Paraná são aproveitadas sistematicamente, iniciando-se recentemente o aproveitamento de rios na região Amazônica (Mello, 1982, p. 5).

A história dos atingidos por barragens no Brasil é marcada pela resistência na terra, luta pela natureza preservada e pela elaboração de um Projeto Popular para o Brasil que privilegie uma nova Política Energética justa, participativa, democrática e que atenda aos anseios das populações atingidas, de forma que estas tenham participação nas decisões sobre a construção de barragens, seu destino e o do meio ambiente.

Na década de 1970, foi intensificado no Brasil o modelo de geração de energia a partir de grandes barragens. Usinas Hidrelétricas são construídas em todo o país. Projetos “faraônicos” são levados adiante, com o objetivo principal de gerar eletricidade para as indústrias que consomem muita energia chamadas de eletrointensivas e para a crescente economia nacional, que passava pelo chamado “milagre econômico”, durante a ditadura militar.

Estas grandes obras desalojaram milhares de pessoas de suas terras, uma enorme massa de trabalhadores que perderam suas casas, terras e o seu trabalho. Muitos acabaram sem-terra, outros tantos foram morar nas periferias das grandes cidades. Desta realidade, surge a necessidade da organização e da luta dos atingidos por barragens no Brasil, como forma de resistir ao modelo imposto.

A barragem de Pirapama (ver figura 1) foi construída sobre o rio Pirapama (“Peixe bravo” - no tupi-guarani), percorre 80 km até a confluência com Jaboatão. Nasce em Pombos, no Agreste, acerca de 400 metros de altitude, transpõe a RMR pelo Cabo de Santo Agostinho, Moreno, Ipojuca e Jaboatão dos Guararapes; e a Mata por meio de Escada e Vitória de Santo Antão (Andrade e Lins, 1984).

FIGURA 1: RIO PIRAPAMA



Foto: Cicera Gomes, 2010.

Estudos contratados em 1974 para o abastecimento do complexo industrial de SUAPE concentraram a atenção no boqueirão¹ de Matapagipe para represamento do rio Pirapama (Aqua-Plan, 1987 *apud* Companhia... 2001, p. 12).

A construção da barragem sobre o rio Pirapama – finalizada em 2001 (ver figuras abaixo) – tem como finalidade principal, reforçar o abastecimento e, conseqüentemente aumento da oferta de água para a população das diversas localidades dos municípios da zona sul da Região Metropolitana do Recife.

FIG. 2 E 3. IMAGEM AÉREA DA BARRAGEM DE PIRAPAMA



Fonte: lagoaolhodagua.com.br 2011.

3. OS IMPACTOS DOS MEGAPROJETOS PARA AS POPULAÇÕES

Para Shiva e Mies (1993, p. 133-134), barragens, minas, centrais de energia, bases militares – estes são os templos da nova religião denominada “desenvolvimento”, uma religião que fornece o fundamento racional ao Estado modernizador, às suas burocracias e tecnocracias. O que é sacrificado no altar desta religião é a vida da natureza e dos indivíduos [...]. Baseiam-se no desmantelamento da sociedade e da comunidade, no desenraizamento de pessoas e de culturas.

Nos processos de remanejamento das populações, a etapa mais traumática consiste, justamente, na retirada das famílias e de bens, que podem ser transportados, das terras desapropriadas em função da obra planejada. O sentimento de perda se aguçava, terrivelmente, diante das imagens de residências e demais edificações grosseiramente destruídas pelas máquinas encarregadas de limpar o terreno, de modo a evitar um retorno indesejado pelos executores do empreendimento. A suspensão dos plantios, a comercialização apressada dos produtos agrícolas porventura colhidos, a venda dos animais, o futuro marcado por incertezas, em um local bem mais árido do que as margens férteis do rio, são elementos que caracterizam as dificuldades das populações atingidas pela construção de barragens (Araújo et al., 2000, p. 127).

Segundo Martins (1993), os grandes projetos econômicos, tais como hidrelétricas, rodovias e planos de colonização, algumas vezes, têm como pressuposto “inconfessado” e “inconfessável”, “...o próprio aniquilamento das populações que passam a representar algum estorvo para a implantação dos grandes projetos governamentais”.

A remoção dessas populações é imprescindível, e muitas vezes vista apenas como uma questão técnica de simples “remoção de algo” de um “obstáculo” que está no “meio do

¹ Boqueirão: grande boca; quebrada da serra; garganta nas serras por onde passam rios. Dicionário da língua portuguesa. João Pessoa: SOLIBRAL Sociedade Comercial de Livros Brasileira, s/d.

grande projeto voltado para o desenvolvimento”, para a ocupação e transformação do espaço por meio do uso dos recursos naturais com a extração de minérios e a utilização da água, para a implantação dos empreendimentos.

Acreditamos que, no cômputo dos bens indenizados, não há como incluir a dimensão das perdas afetivas, associadas às maneiras como as pessoas e as comunidades se relacionam com o meio ambiente, com uma paisagem peculiar, onde a convivência com o rio determinou modos de vida e práticas culturais (Araújo et al., 2000, p. 127).

A partir da realização destes empreendimentos há as mobilizações decorrentes dos conflitos socioambientais ou conflitos distributivos, chamados de ecologia política, bem como o agravamento da chamada crise ambiental e, particularmente, da depreciação e escassez dos recursos hídricos.

4. A ECOLOGIA POLÍTICA

A temática da ecologia política ou os também chamados conflitos ecológicos distributivos é relevante ao se analisar a realidade, numa sociedade onde os impactos ambientais e sociais são praticamente desconsiderados ao se priorizar a produção e o crescimento econômico.

Na tentativa de minimizar a sua vulnerabilidade, decorrente dos impactos socioambientais gerados pelas grandes obras e empreendimentos, os quais não são absorvidos pelas políticas públicas, as classes subalternas, aqui especificamente o/a pequeno/a produtor/a rural, utilizam a organização social, os seus protestos e resistência em prol de obter condições mínimas de subsistência, e essas não podem ser denominadas diretamente como ecológicas.

Consideramos os aspectos do metabolismo socioambiental, ou melhor, as distorções da relação homem-natureza, caracterizadas pelo teor exploratório que o sistema capitalista mantém com os recursos naturais e a chamada crise ecológica como uma das deter-

minações dessa relação e mais, especificamente, dentro desse contexto, a expropriação e a exploração do recurso natural água.

O conceito de ecologia política propõe uma ecologia crítica, cujo objeto de estudo central são as lutas sociais conectadas com os problemas ecológicos. Segundo os autores que trabalham esse conceito, “Enquanto a economia política (na tradição clássica) estuda os conflitos econômicos distributivos, um novo campo está surgindo, a ecologia política, que estuda os conflitos ecológicos distributivos”.

O estudo dos conflitos ecológicos distributivos, se fortalece principalmente a partir dos anos 1980, pela crescente articulação entre movimentos ambientalistas e sociais. Ele amplia a crítica dos fundamentos filosóficos da economia neoclássica, ao avançar sobre a economia política de tradição marxista, incorporando questões ecológicas no entendimento das dinâmicas econômicas e de poder que caracterizam as sociedades modernas.

É fato que, ultimamente, os conflitos decorrentes de grandes obras, as quais subsidiavam imensos empreendimentos industriais e comerciais, proporcionando a ampliação e crescimento do sistema capitalista em todo o mundo, estão se intensificando e cada um deles tem características específicas.

O primeiro contato com a moldura conceitual supracitada nos fez refletir sobre os aspectos não só sociais mais também políticos dos conflitos ambientais.

As leituras histórico-filosóficas sobre as atitudes do homem perante a natureza, de dominação e exploração do homem pelo homem, e as formas limitadas de resistência das classes subalternas, considerando nesse estudo o pequeno produtor rural, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento indígena e o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) no Brasil, foram as mediações entre o nosso objeto de estudo e a trilha para a ecologia política.

A ecologia política é um campo de discussões teóricas e políticas que estuda os conflitos ecológicos distributivos, ou simplesmente

te conflitos socioambientais. Ela se fortalece principalmente a partir dos anos 1980, pela crescente articulação entre movimentos ambientalistas e sociais. A ecologia política amplia a crítica dos fundamentos filosóficos da economia neoclássica, ao avançar sobre a economia política de tradição marxista, incorporando questões ecológicas no entendimento das dinâmicas econômicas e de poder que caracterizam as sociedades modernas (Porto e Martínez Alier², 2007, p. 6).

As formas emergentes de intervenção na natureza, assim como as novas manifestações de seus impactos e riscos ecológicos, colocaram no senso comum e na retórica oficial noções antes reservadas aos meios científicos e acadêmicos; essa terminologia se inscreve nas novas estratégias conceituais que alimentam a ecologia política, onde se expressam visões conflitantes, conflitos de interesses contrapostos e estratégias diferenciadas no processo de reapropriação da natureza (Leff, 2006).

Joan Martínez Alier, em seu livro intitulado *O ecologismo dos pobres* (2007), destaca três correntes do ecologismo. Aqui fica evidente o recorte de classe que Alier dá ao tratar dos conflitos distributivos e da luta por justiça ambiental, quais sejam: “O culto ao silvestre” – surge do amor às belas paisagens e de valores profundos, jamais para os interesses materiais. Eventualmente, essa corrente ambientalista apela para a religião (p. 22).

Para o autor “O culto ao silvestre” pode apelar para o panteísmo³ ou para as religiões orientais, menos antropocêntricas do que o cristianismo ou o judaísmo. Pode ain-

da escolher eventos bíblicos apropriados, como a Arca de Noé, um caso notável de conservação *ex situ*⁴. Seria igualmente possível constatar na tradição cristã o caso excepcional de São Francisco de Assis, que se preocupou com os pobres e os animais. Entretanto, mais razoável seria, nas Américas do Norte e do Sul, procurar respaldo numa realidade bem mais próxima: a do valor sagrado da natureza nas crenças indígenas que sobreviveram à conquista europeia. [...] Durante os últimos trinta anos, o “culto ao sagrado” tem sido representado no ativismo ocidental pelo movimento da “ecologia profunda” (Devall e Sessions, 1985, p. 23-24), que propugna uma atitude biocêntrica ante a natureza, contrastando com a postura antropocêntrica superficial. A principal proposta política dessa corrente do ambientalismo consiste em manter reservas naturais, denominadas parques nacionais ou naturais, ou algo semelhante, livres da interferência humana.

Essa corrente nos remete tanto ao romantismo, que durante certo tempo predominou no pensamento Ocidental em relação à natureza quanto, a uma visão não judaico-cristã na relação do homem com a natureza, onde os outros seres vivos, que não os humanos, não são tidos como inferiores ou sendo feitos para serem dominados pelos homens, mas, até mesmo, como os próprios criadores das coisas sagradas.

Para Joan Martínez Alier no “O evangelho da ecoeficiência” – sua atenção está direcionada para os impactos ambientais ou riscos à saúde decorrentes das atividades indus-

2 Para Martínez Alier, nas suas obras, Marx não teve a preocupação ou o interesse de estudar as questões referentes à natureza ou a ecologia. Para ele, falar que Marx, apesar de ter como objeto dos seus estudos o trabalho, também dava pistas e argumentos para as chamadas questões ecológicas e da natureza é uma falácia; ao contrário de vários outros autores, como Foster, Schmidt e Burkett; contudo, acreditamos que, apesar desta posição de Martínez quanto à ideia de Marx se preocupar com as questões ambientais em seus escritos, percebemos que o seu conceito de ecologia política tem um caráter, ou melhor, um recorte de classe. Assim como na teoria marxiana ou marxista o autor tem a questão da classe como central na sua conceituação, e isto, a nosso ver, nos permite discutir as questões ambientais ou da ecologia política utilizando os dois autores.

3 Panteísmo (gr. pan, “todo” y theos, “dios”). Doutrina segundo a qual tudo quanto existe é Deus e Deus é imanente ao mundo, “*el todo en todo*”. Assim, o panteísmo nega a personalidade divina. Spinoza foi panteísta, assim como Bruno, Vanini e muitos outros pensadores do Oriente e Ocidente. PIKE, Royston E. Diccionario de religiones. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. Adaptação de Elsa Cecilia Frost.

4 A conservação *ex situ* é conhecida como a conservação de fauna ou flora fora do seu *habitat* natural. DIEGUES, Savana; PAGANI, Maria Inês. O papel dos zoológicos paulistas na conservação *ex situ* da diversidade biológica. Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil, Caxambu – MG, 2007.

triais, da urbanização e também da agricultura moderna. Essa segunda corrente do movimento ecologista se preocupa com a economia na sua totalidade. Muitas vezes defende o crescimento econômico, ainda que não a qualquer custo. Acredita no “desenvolvimento sustentável”, na “modernização ecológica” e na “boa utilização” dos recursos. Preocupa-se com os impactos da produção de bens e com o manejo sustentável dos recursos naturais, e não tanto pela perda dos atrativos da natureza ou dos seus valores intrínsecos. [...] Esse credo é atualmente um movimento de engenheiros e economistas, uma religião da utilidade e da eficiência técnica desprovida da noção do sagrado (Martínez-Alier, 2007, p. 26-27).

O autor acrescenta ainda que a modernização ecológica caminha sobre duas pernas: uma econômica, com ecoimpostos e mercado de licenças de emissões; a outra, tecnológica, apoiando medidas voltadas para a economia de energia e de matérias-primas (Martínez-Alier, 2007, p. 28).

Assim, a ecologia se converte em uma ciência gerencial para limpar ou remediar a degradação causada pela industrialização (Visvanathan, 1997, p. 37 *apud* Martínez-Alier, 2007). [...] Efetivamente, a “ecoeficiência” tem sido descrita como “o vínculo empresarial com o desenvolvimento sustentável”. Mas além dos seus múltiplos usos para a “limpeza verde”, a ecoeficiência conduz a um programa extremamente valiosos de investigação, de relevância mundial, sobre o consumo de matérias-primas e energia na economia e sobre as possibilidades de desvincular o crescimento econômico da sua base material.

Muitas vezes imbuídos do sentimento e hasteando a bandeira do ‘desenvolvimento sustentável’, da ‘responsabilidade socioambiental’, as empresas apelam para o chamado ‘consumo consciente’, onde o maior propósito é vender, aumentar os lucros e criar uma imagem límpida diante da expansão das vendas e dos novos consumidores que aderirem ao seu “ideal ecológico”.

O ecologismo dos pobres, ecologismo popular ou movimento de justiça ambiental.

Esse também tem sido denominado ecologismo da *livelihood* (em inglês, subsistência ou ganha-pão), do sustento, da sobrevivência humana e, inclusive, como ecologia da libertação (Peet e Watts, 1996, p. 34 *apud* Martínez-Alier, 2007):

Alguns grupos ameaçados apelam para os direitos territoriais indígenas e igualmente para a sacralidade da natureza para defender e assegurar o seu sustento. [...] Apesar disso, o eixo principal desta terceira corrente não é uma reverência sagrada à natureza, mas, antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje. Essa corrente não compartilha os mesmos fundamentos éticos (nem estéticos) do culto ao silvestre. Sua ética nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre os humanos.

Consideramos que entre este ‘ecologismo popular’ encontram-se as lutas e protestos pela justiça ambiental das chamadas comunidades tradicionais (comunidades ribeirinhas, remanescentes de quilombolas etc.) e/ou os chamados povos originários em vários Países da América Latina, os quais têm uma relação muito estreita com a biodiversidade dos seus “*habitats*”, já que os seus modos de vida e trabalho e cotidiano estão intrinsecamente ligados ao uso sustentável dos recursos naturais. O saber ambiental destas pessoas, quase sempre transmitido de forma oral de geração em geração, constitui-se de uma multiplicidade de práticas culturais e sociais.

Este quê de proximidade, intimidade e saber não é construído de forma linear e homogênea, mas sim de maneira complexa, em que os elementos do natural, e muitas vezes do sobrenatural (caracterizados na cultura nordestina com as lendas, os contos e “*causos*”), a religiosidade e as relações sociais dialogam. A formação ou a identidade desta espacialidade das populações tradicionais não se dá apenas com o local de onde

eles retiram os insumos necessários para sua existência, e sim é carregada de um valor de uso e também simbólico com características essencialmente específicas.

5. AS FAMÍLIAS DE PIRAPAMA

Desde que o rio Pirapama foi apontado como o único manancial com capacidade para suprir a demanda por água da Região Metropolitana do Recife – RMR, houve três processos de indenizações ao longo de algumas décadas. Na década de 1960, quando ocorreu a primeira indenização, havia somente o Engenho Luis Caldas, e a Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) indenizou apenas o dono do engenho, ignorando as demais famílias que ocupavam a área.

Em todos esses processos, havia famílias que permaneciam lá desde a sua terceira ou quarta geração, sempre resistindo, nunca saindo quando ocorriam as indenizações ou então saíam e logo depois, com a suspensão das obras, voltavam, bem como novas famílias, que, vendo a possibilidade de garantir a sua subsistência, se instalaram na área. Em 1991, havia 800 famílias; alguns eram posseiros, mas somente as famílias que possuíam pequenos lotes foram indenizadas.

Apesar dos protestos, das reivindicações e de todo o processo de lutas e negociações desde a década de 1990, em 2001, no Governo de Jarbas Vasconcelos (1º mandato de 1999 - 2002), foi oficialmente inaugurada a barragem de Pirapama.

Houve uma grande dispersão das famílias residentes na área da construção da barragem, que antes constituíam uma comunidade com uma historicidade, uma cotidianidade e modos de viver peculiares e onde quase todas, senão todas, as suas atividades eram organizadas em torno da sua vida próxima ao rio Pirapama.

As famílias hoje estão procurando outras formas de sobrevivência. E nos meios de comunicação, especialmente televisivo, a barragem de Pirapama aparece como uma con-

quista, representando o interesse e benefício de dois milhões de habitantes da zona sul da Região Metropolitana do Recife (RMR), em detrimento dessas 400 famílias que foram deslocadas, para ‘acabar com o racionamento de água’.

Devemos considerar, contudo, que a localidade em questão, ou seja, o município do Cabo de Santo Agostinho e a zona sul da RMR concentram o maior complexo industrial do Estado de Pernambuco e após os recentes empreendimentos, também amplamente divulgados na imprensa, constituirá o maior complexo industrial da região Norte-Nordeste.

O município é marcado por uma história de efervescência no campo político-social, pois sempre houve disputas políticas e a presença de organizações comunitárias como uma tradição local. Então, nos perguntamos: essa efervescência ou capacidade de mobilização característica do município poderá potencializar a resistência quanto às possíveis formas de distribuição do uso da água?

E é considerando estes aspectos e determinações, na tentativa de uma aproximação com a realidade, suas mediações e contradições, que trilhamos um caminho cheio de idas e vindas, avanços e retrocessos no esforço de alcançar o concreto pensado em sua condição real, total e histórica do objeto: os processos de organização social e institucionalização no município do Cabo de Santo Agostinho decorrentes da construção da barragem de Pirapama.

Analisamos, então no item seguinte, o modo como uma parcela de pequenos/as agricultores/as removidos/as de suas moradias, com a construção da barragem de Pirapama, se organizam na tentativa de minimizar as suas perdas materiais e de reestruturação do seu espaço cotidiano.

6. A ASSOCIAÇÃO VANGUARDA ECOLÓGICA

A institucionalização por meio da criação da Associação possibilitou às pessoas deslocadas da área da barragem maior “po-

der” de negociação e de escolhas. Algumas preferiram ou optaram por aceitar as terras que a COMPESA, na qualidade de representante do Governo do Estado, ofereceu e outros preferiram negociar para ter uma indenização maior e poder investir em alguma terra ali mesmo no município do Cabo. Isto facilitou para alguns manter a proximidade física-espacial e também em termos de idealismos de procurar alternativas para melhorar as suas condições de vida e trabalho na terra que escolheram para morar.

A sede da Vanguarda Ecológica tem uma antessala, onde são realizadas as reuniões, dois banheiros, um masculino e um feminino, uma cozinha e um escritório onde são feitos os atendimentos para o pagamento das mensalidades dos/as associados/as etc.; na sala onde acontecem as reuniões, há infraestrutura para a instalação de dez computadores onde eles pretendem oferecer aulas de informática para a comunidade.

É interessante observar como as pessoas associados e/ou a diretoria têm senso de coletividade e de perspectivas para melhorias e aquisição de bens e serviços nas mais diversas áreas para o maior número de pessoas e para públicos diferentes, o que fica evidente com a construção da sede da associação já pensando e proporcionando as instalações necessárias para as aulas de informática.

Localizada no engenho Pirapama no loteamento Flor do Vale, desde a sua fundação, a associação sempre teve mulheres ocupando o cargo da presidência e atualmente a maioria da diretoria também é composta por mulheres. As eleições eram de cinco em cinco anos e, desde o ano de 2009, com a mudança do estatuto, passaram a ser de quatro em quatro anos. A atual gestão começou em 2010 e vai até 2014.

Com esta afirmação, questionamos a diretoria sobre sua opinião ou percepção quanto à presença de tantas mulheres em cargos tão visíveis como a presidência e a tesouraria, ao que tivemos como resposta:

A nossa presença enquanto mulher na diretoria é muito positiva por que os homens eles se sentem à vontade, se acham até mais superiores [...] por que a mulher está ali [...] não [...]. E a gente trata bem as mulheres; por que tem várias mulheres agricultoras e não é a mulher que está representando o marido não, é a mulher que está ela mesma no seu roçado, com seu projeto (Sulamita).

Apesar de falar da ‘positividade’ e do fato de tratar bem as mulheres na associação fica evidente, ao analisarmos a fala da interlocutora, que, de certa forma, os homens, ao se reportarem às mulheres da diretoria adotam uma postura na qual se aparenta que as mulheres estão lá (nos cargos da diretoria) trabalhando para eles, que elas estão ali para servi-los, estão disponíveis para eles, com a sua função, no seu cargo, é seu dever, sua obrigação dirimir as suas dúvidas, resolver os seus questionamentos.

Este fato reitera os dogmas, percepções e rituais do machismo em nossa sociedade, onde mesmo nos espaços de conquista feminina (inclusive com cargos de liderança, numa posição privilegiada de *status* e alguma forma de poder) os homens têm uma postura ou procuram alguma forma de se postarem como superiores, mesmo que seja se posicionando como um sujeito de direitos e a mulher, no seu cargo, como um sujeito de deveres para com eles, homens.

Então, perguntamos o porquê dessa “positividade”:

O respeito e a consideração pelas mulheres na diretoria não é por que elas são casadas e têm filhos, não é nem isso, é a disciplina dentro da associação.

Eu me casei há 2 anos, mas passei a maior parte do tempo (10 anos, duas gestões) como presidente na associação solteira e eu não me lembro de em nenhum momento nenhum agricultor me faltar com respeito, nem soltar uma graça, nem falar mais alto que eu e até hoje, mesmo saindo, os agricultores têm uma consideração muito grande por mim.

Não tem nada a ver se você é casada ou solteira, de jeito nenhum, tem a ver com a sua postura, com o seu trabalho (Sulamita).

Ser casada ou solteira não parece ter muita importância para uma relação respeitosa em termos de trato entre os homens associados e as mulheres da diretoria. O que determina essa relação respeitosa é a competência, a dedicação e os esforços das mulheres em atender às demandas, esclarecer dúvidas e “correr atrás” dos projetos e do acesso aos bens e serviços para os integrantes da associação, ou seja, elas têm que ser deveras competentes, demonstrar em cada conversa, atendimento ou na condução das reuniões, que são boas, esforçadas e fazem o máximo para o bom andamento das atividades da associação. Mais uma vez as mulheres têm “que trabalhar dobrado” para conquistar o seu espaço e os méritos pela sua atuação.

E para enfatizar a relevância da participação e atuação das mulheres na associação, ela cita, com muita admiração e respeito, e nos diz ‘coloque isso na sua pesquisa’, o seguinte exemplo de uma mulher que é casada, seu marido é aposentado e ela é que trabalha na agricultura:

É um sítio super produtivo. Todo sábado ela está na feira vendendo os produtos dela e não passa necessidade; [...] tem uma vida confortável. Ela reorganizou a economia da família com o sítio, o marido dela está aposentado, já é um pouco velho e não trabalha; mas quem trabalha é ela, acorda às 5:00 horas da manhã, coloca protetor solar, bota o chapéu, nem parece agricultora, mas está lá produzindo todo dia. Todo sábado tira R\$ 300,00 ou R\$ 400,00 reais vendendo maracujá, couve, inhame, alface, cará, banana etc. o que cultiva na propriedade e ela não tinha nada no sítio quando ela comprou há sete anos (Sulamita).

Não é novidade na história do *Homo sapiens* uma mulher que trabalha na terra ou no roçado (inclusive nos relatos dos primeiros

agrupamentos humanos essa era a tarefa executada pelas mulheres enquanto os homens saíam para caçar) e consegue tirar o sustento de sua família e proporcionar as condições mínimas de manutenção do lar.

Quanto à atuação cotidiana das práticas no campo e das atividades agrícolas desempenhadas pelas mulheres, Vandana Shiva e Maria Mies (1993, p. 218-219) argumentam:

Na produção e preparação de alimentos vegetais, as mulheres necessitam de prática e conhecimento. Para preparar sementes, precisam ter conhecimento sobre a preparação, as condições de germinação e a escolha do solo. A preparação das sementes requer discernimento visual, uma apurada coordenação motora, sensibilidade aos níveis de umidade e às condições meteorológicas. Plantar e regar as sementes exige o conhecimento das estações, do clima, das necessidades das plantas, das condições atmosféricas, dos fatores micro-climáticos e do enriquecimento dos solos; espalhar sementes requer destreza e força física. Alimentar corretamente as plantas exige informação sobre a natureza das doenças da planta, a poda, a colocação de estacas, o abastecimento de água, a plantação de companheiras, os predadores, as sequências, as estações de crescimento e de manutenção do solo. Persistência e força física e atenção às necessidades da planta são essenciais. As colheitas requerem julgamentos em relação ao tempo, ao trabalho e à classificação; e conhecimentos de preservação, utilização imediata e propagação.

A Vanguarda Ecológica tem aproximadamente cem sócios/as com idades entre 25 e 65 anos, entre os sócios 70% são homens e 30% mulheres. A maioria dos empréstimos ao Banco do Brasil são feitos pelos homens, cerca de 80% do universo associado; sobre a participação deste percentual de homens e mulheres, a integrante da diretoria da associação expressa:

Tem muitas mulheres, não é nem por que a mulher toma a frente de tudo, por que na cultura do campo é mais o agricultor

quem manda, é assim... ‘foi Deus que quis assim, o homem é que está no comando’. Às vezes o homem não pode usar o nome dele, o nome está sujo e usa o nome da mulher para fazer o empréstimo. Tem as mulheres que fazem, elas tiram o empréstimo, elas plantam, são separadas, viúvas. O chefe é sempre o homem. Quando se associa, na maioria das vezes, é ele e a esposa [...] até para ter direitos; serve para o auxílio maternidade, acidente de trabalho, a gente dá a declaração de que você é agricultora. A mulher pode não está no comando, mas ela é sócia, ela não ajuda na agricultura familiar? Então ela também é sócia (Jesebel).

Ter acesso aos direitos trabalhistas e aos benéficos da previdência social como uma cidadã no exercício pleno de seus direitos é algo que nem todas as mulheres do campo têm e muitas vezes, ao exercerem o seu direito, aparecem sempre como coadjuvantes, como a esposa, aquela que colabora, que realiza trabalhos secundários como um auxílio para o seu companheiro ou como aquela mulher que, por uma “fatalidade da vida”, está sem marido e precisa se manter e a sua família sozinha.

Este trecho da fala, “foi Deus que quis assim, o homem é que está no comando”, nos remete às seguintes passagens bíblicas:

E disse o Senhor Deus: “não é bom que o homem esteja só. Vou fazer para ele uma auxiliar que lhe seja semelhante”.

Então Deus formou do solo todas as feras e todas as aves do céu. E as apresentou ao homem para ver com que nome ele as chamaria: cada ser vivo levaria o nome que o homem lhe desse. O homem deu então nome a todos os animais, às aves do céu e a todas as feras. Mas o homem não encontrou uma auxiliar que lhe fosse semelhante.

Então Deus fez cair um torpor sobre o homem, e ele dormiu. Tomou então uma costela do homem e no lugar fez crescer carne.

Depois, da costela que tinha tirado do homem, Deus modelou uma mulher, e apresentou-a para o homem. Então o homem exclamou: “Esta sim é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, por que foi tirada do homem!” (Gênesis⁵ 2:18-22).

Ao analisarmos a referida fala, fica evidente a contradição no discurso no que se refere às relações de gênero, ao mesmo tempo em que a interlocutora diz numa visão fatalista e cristã que é o ‘homem quem manda’, numa referência de sujeição e subordinação da mulher ao homem, e, ao falar da filiação da mulher na Vanguarda Ecológica, expressa que se ela colabora na produção da agricultura familiar ela também tem direito de ser associada, de ter acesso às políticas de assistência social voltadas para as pessoas do campo.

Assim, percebemos que os espaços e os lugares, e nossos sentidos e nossas percepções deles (e afins como os nossos graus de mobilidade) são constituídas por meio do gênero. E esta sexualização de espaço e lugar reflete e tem efeitos sobre as formas como o gênero é constituído e entendido nas sociedades em que vivemos (Massey, 1994, p. 186).

7. AS REUNIÕES NA ASSOCIAÇÃO VANGUARDA ECOLÓGICA

As reuniões da Associação Vanguarda Ecológica ocorrem no segundo domingo de cada mês às 9h da manhã. Acompanhamos os encontros no decorrer de quatro meses. É relevante a participação das mulheres nas reuniões algumas acompanhando os maridos e muitas delas levam os filhos (alguns ainda crianças de colo e em período de amamen-

5 Gênesis (gr. “origem”, chegar a ser”). O primeiro livro da Bíblia; nele se relata a origem do mundo e seus habitantes. Consta de duas partes: os primeiros onze capítulos se referem à primeira história da humanidade e incluem as narrações da Criação, Adão e Eva, o Dilúvio e a Arca de Noé, a Torre de Babel e a conseqüente confusão de línguas. O resto do livro (39 capítulos) contém a história dos patriarcas hebreus: Abraão, Isaac, Jacob e José. O tema que relaciona as duas partes é a promessa messiânica e a transmissão dessa promessa desde Adão a Judá, que a recebe com a bênção de seu pai Jacob. PIKE. Royston E. Dicionario de religiones. Op. Cit.

tação), inclusive as mulheres integrantes da diretoria levam os seus filhos para as reuniões.

A prática de levar os filhos ainda pequenos ao local de trabalho é corrente na nossa sociedade; é comum as mulheres trabalhadoras usufruírem dos benefícios das creches oferecidas por algumas empresas (que quase sempre são nas acomodações da própria empresa) e as empregadas domésticas contam, muitas vezes, com a autorização das patroas em terem seus filhos circulando pela casa (ainda que na cozinha, no quintal e/ou na varanda) e muitas vezes brincando e interagindo com os filhos das patroas, enquanto elas executam as tarefas domésticas.

Os assuntos durante as reuniões gravitam ao redor das dívidas com o Banco do Brasil e a importância de quitá-la, sobre a venda das culturas no PAA, e das reivindicações que a população tem quanto à implantação e ao acesso a bens e serviços públicos, como podemos observar nas seguintes falas, as quais coletamos durante a nossa observação participante.

Eles relataram os vários entraves enfrentados no seu cotidiano, como o financiamento para a compra de insumos, sementes, o acesso e uso de máquinas como o trator e o arado, “Há dificuldades de se manter na própria agricultura”.

Os questionamentos referentes ao elevado índice de inadimplência dos/as pequenos/as produtores/as: “pode ser falta de experiência e de querer também”.

A falta de escolas e a precariedade do atendimento médico e dos serviços de saúde para a população rural é algo tratado constantemente: “O agricultor não é só trator”; tem que parar de ver o agricultor só como agricultura.

É costume, ao falarmos em agricultor/a, pessoas do campo, localidades rurais visualizarmos de imediato plantações, tratores, arados e colheitas. Acreditamos que isso já faz parte do imaginário coletivo dos brasileiros, principalmente no Nordeste. E isso infelizmente, e como os relatos demonstram, não se limita apenas ao senso comum, pois se es-

tende às instâncias públicas voltadas para este segmento social, o que o/a descaracteriza como cidadão/ã de direitos universais e desmobiliza e desarticula a comunicação e intercâmbio entre os mais diversos órgãos públicos no sentido de facilitar e encaminhar os tramites de acesso a todos os bens e serviços públicos e não somente àqueles ligados direta e estritamente às atividades campesinas.

A associação está solicitando, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a implantação de um posto de saúde na área próxima à associação Vanguarda Ecológica, e à empresa de ônibus responsável pelo transporte no município, a inserção da associação na rota da linha de ônibus “Pirapama” – como um “circular”, pois, de acordo com eles, “aqui a gente está perto de tudo, mas não tem alcance”.

Nos encontros, eles/as também expressam os benefícios já conquistados por intermédio da instituição, como, por exemplo, a instalação de uma caixa postal dos Correios na associação para uso dos/as associados/as, bem como de outros moradores da área que necessitem e queiram utilizar o serviço, evitando assim, que eles tenham de se deslocar (gastando tempo e a passagem, além da demora no atendimento e para encontrar as suas correspondências) até a agência central dos Correios no Cabo de Santo Agostinho para pegar as suas correspondências. Agora, a associação dispõe de uma pequena caixa, ou gaveta numerada e com chave, para cada uma das famílias associadas.

Essas conquistas e novas aquisições das pessoas do campo são essenciais na organização e distribuição de suas atividades cotidianas. O impacto desse acesso aos serviços e bens públicos tem alcance em toda a estrutura doméstica e laboral de realização de tarefas e delimitação do tempo despendido em cada atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município do Cabo de Santo Agostinho passa por intensas transformações no seu

espaço e na sua paisagem, com a ampliação e implantação de complexos industriais, as quais foram pensadas desde a década de 1950. A Cidade, que teve uma formação preponderantemente rural, transita pela mudança que denominamos de transição do império verde ao império cinza, onde as prioridades são voltadas para os aspectos econômicos do crescimento industrial.

Há intensa influência ou participação do Estado no financiamento da infraestrutura necessária para a ampliação e implantação dos projetos de desenvolvimento dentro do sistema capitalista de produção e alguns dos maiores empreendimentos realizados atualmente no Nordeste e mais particularmente no Estado de Pernambuco, que atualmente tem grandes construções em pleno “canteiro de obras”: a Transposição do rio São Francisco, a Transnordestina, a ampliação do Complexo Industrial e Portuário de Suape, a implantação da Refinaria Abreu e Lima, do Estaleiro Atlântico Sul e o Sistema Pirapama.

Os custos socioambientais decorrentes destas grandes obras são minimizados, postos como assunto de última importância ante a *opulência da obra*, e, quando lembrados, o seu enfrentamento ocorre após a implantação das obras, sendo encarados como a consequência de uma ‘situação inevitável’.

No caso da construção da barragem de Pirapama a remoção dos ribeirinhos para outras áreas, às quais muitas vezes a população não está familiarizada, leva à (re)configuração de sua sociabilidade hídrica e espacial, longe do rio, em outro espaço, com novas caracterizações, no seu modo de vida e trabalho.

A organização comunitária, dos ribeirinhos, mediante a institucionalização da Vanguarda Ecológica foi uma das estratégias usadas pela população atingida pela construção da Barragem para manter as suas condições mínimas de vida no campo e para a (re)construção da sua sociabilidade hídrica e espacial.

A Associação possibilitou as pessoas deslocadas da área da barragem maior “poder” de negociação e de escolhas, algumas preferiram ou optaram por aceitar as terras que a

COMPESA, como representante do Governo do Estado, ofereceu e outros preferiram negociar para ter uma indenização maior e poder investir em alguma terra ali mesmo no município do Cabo. Isto facilitou para alguns manter a proximidade física-espacial em termos idealista e simbólico de procurar alternativas para melhorar as suas condições de vida e trabalho na terra que escolheram para morar.

Desde a sua fundação, a Associação tem mulheres em seu quadro da diretoria nos cargos mais expressivo. Ao indagarmos às lideranças sobre as relações de gênero no convívio comunitário, percebemos uma visão fatalista e cristã de que é o “homem quem manda” e sobre a filiação das mulheres na Associação elas expressam que, se a mulher ‘colabora’ na produção da agricultura familiar, ela também tem direito de ser associada. Assim, há uma sexualização do espaço e do lugar. O respeito que as mulheres da diretoria têm das pessoas associadas decorre, de acordo com essas mulheres, do seu trabalho e da sua disciplina na administração e gestão dos projetos e atividades da Vanguarda Ecológica.

Entre os benefícios trazidos pela associação pelos/as agricultores/as estão, principalmente: 1) o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que proporciona o crédito para o custeio da safra e para o investimento em irrigação negociado junto ao Banco do Brasil; e 2) o convênio com o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) possibilita o escoamento de grande parte da produção - os cultivos são vendidos para a Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho.

As maiores dificuldades elencadas foram: a falta de assessoria técnica, o descompasso da liberação dos recursos para irrigação e plantio e as dificuldades para pagar os empréstimo junto ao Banco do Brasil.

Ao se referirem à sua antiga, morada os/as agricultores/as eles/as mencionam o fato de terem terras maiores sem cercamento e mais férteis como os pontos mais positivos. Apesar de atualmente terem a posse da terra, lamentam as cercas e não poderem criar animais por

falta de espaço e pasto. Assim, quanto a este aspecto, notamos, algumas vezes, contradições nas suas falas. Entre as reivindicações deles estão o aumento da frota de ônibus com uma linha que passe pela sede da Vanguarda Ecológica, a construção de um posto de saúde, a instalação dos computadores na sede da Associação, assistência técnica etc.

Algumas pessoas lamentam o distanciamento do rio e, principalmente, os custos para aquisição da água, ou melhor, o custo para transportar e utilizar água no ambiente doméstico e no cultivo, já que as terras são menos férteis e muitas vezes, mesmo tendo poço ou cacimba, é necessário o uso de uma bomba para fazer a água chegar até a casa e o uso de uma bomba requer custos com o gasto de energia que eles, muitas vezes, não podem pagar.

A construção de um poço com recursos financeiros da própria comunidade por meio, de Associação proporciona, o acesso desta à água. A gestão do poço, da bomba e dos demais equipamentos é de responsabilidade coletiva.

Acreditamos que cada espaço atingido por uma grande obra tem a sua sociabilidade hídrica e espacial específica, onde cada comunidade organiza, divide e realiza as suas atividades cotidianas individuais e coletivas em torno da ocupação do espaço e do uso da água de uma maneira singular. O espaço ocupado e a sociabilidade hídrica e espacial são essenciais para determinar a reprodução dos modos de vida e do cotidiano das pessoas que vivem no meio rural.

A governança da água tem uma relação direta com o que aqui convenciamos chamar de sociabilidade hídrica e espacial: um conjunto de fatores físico-espaciais/ambientais, a proximidade e/ou o acesso a um rio ou fonte de água, sociais/políticos, capacidade de organização e de negociação no pleito ao acesso dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e como estes fatores tem impactos diretos na organização das atividades cotidianas das populações rurais e urbanas.

A sociabilidade hídrica e espacial de uma determinada comunidade ou grupo social, tanto no plano objetivo quanto simbólico, está intrinsecamente relacionada/ligada aos seus valores e significados culturais historicamente constituídos.

Recebido em: 01/03/2015

Aprovado em: 11/10/2015

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Gilberto Osório de; LINS, Rachel Caldas. *Pirapama: um estudo geográfico e histórico*. Recife: Editora Massangana, 1984.

AQUA-PLAN. *Sistema de abastecimento d'água da Região Metropolitana do Recife – barragem do Pirapama*. 1987.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa, et al. Dinâmica dos deslocados populacionais. In: ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de; CALDAS NETO, Magda de; LIMA, Ana Eliza Vasconcelos (Orgs.). *Sonhos submersos ou desenvolvimento? Impactos sociais da barragem de Itaparica*. Recife, FJN, Editora Massangana, 2000.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SAANEAMENTO - COMPESA. *Relatório dos impactos sociais e medidas de mitigação e compensação decorrentes da construção da barragem do rio Pirapama*. Grupo técnico-executivo Pirapama; abril de 2001.

DEVALL, Bill, e SESSIONS, George. 1985. *Deep Ecology: Living as if Nature Mattered*. Salt Lake City, UT: Peregrine Smith.

DIEGUES, Savana; PAGANI, Maria Inês. O papel dos zoológicos paulistas na conservação *ex situ* da diversidade biológica. *Anais... VIII Congresso de Ecologia do Brasil, Caxambu – MG, 2007*.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Contagem populacional 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

LAGOAOLHODAGUA.COM.BR. Disponível em: <<http://lagoaolhodagua.com.br>> Acesso em: 13 abr. 2011.

LEFF, Henrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Tradução Luís Carlos Cabral.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MASSEY, Doreen. *Space, place and gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MELLO, Flavio Miguez. O desenvolvimento brasileiro na engenharia de barragens. Brazilian development in engineering for dams. In: *Barragens no Brasil. Dams in Brazil*. Comitê Brasileiro de Grandes Barragens. Brazilian Committee on Large Dams, 1982.

PIKE, Royston E. *Diccionario de religiones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. Adaptação de Elsa Cecilia Frost.

PORTO, Marcelo Firpo; MARTÍNEZ ALIER, Joan. Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 2007. Vol. 23.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. *Ecofeminismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. Tradução: Fernando Dias Antunes.